

Antônio Pereira Gaio Júnior



Instituições de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

3ª edição
Revista e Atualizada

2017

 **EDITORA**
***Jus*PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

• A Editora Juspodivm passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

G137i Gaio Júnior, Antônio Pereira.
Instituições de Direito Processual Civil / Antônio Pereira Gaio Júnior – 3. ed. rev. e atual.
– Salvador: JusPodivm, 2016.
1.104 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-442-1309-4

1. Direito Processual Civil. 2. Instituições de Direito Processual Civil. 3. Gaio Júnior, Antônio Pereira. I. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	31
---------------------------	-----------

INTROITO

UMA INTRODUÇÃO NECESSÁRIA: DIREITO, PROCESSO E DESENVOLVIMENTO.....	35
--	-----------

PARTE I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

CAPÍTULO 1

PROCESSO CIVIL E SUA NECESSÁRIA CONSTITUCIONALIZAÇÃO	43
---	-----------

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO HISTÓRICA – O PROCESSO CIVIL NO TEMPO	47
---	-----------

1. DAS ORIGENS	47
2. O DIREITO PROCESSUAL CIENTÍFICO.....	50
3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL NO BRASIL	50
3.1 ORDENAÇÕES DO REINO.....	50
3.2 REGULAMENTO 737 E CONSOLIDAÇÃO DE RIBAS.....	51
3.2.1 IMPORTÂNCIA DO REGULAMENTO 737	52
3.3 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939.....	53
3.3.1 MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELO CPC DE 1939.....	54
3.3.2 PRINCÍPIO DA ORALIDADE NO CPC DE 1939.....	55
4. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES .TUTELA COLETIVA. JUIZADOS ESPECIAIS.	55
5. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	59

CAPÍTULO 3

PROPEDÊUTICA PROCESSUAL E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	65
--	-----------

1. SOCIEDADE, CONFLITOS E INSATISFAÇÕES.....	65
2. MÉTODOS PRIMITIVOS E MEIOS PROPÍCIOS À SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	65
2.1 AUTODEFESA.....	66
2.2 AUTOCOMPOSIÇÃO	66
2.3 MEDIAÇÃO	68
2.4 ARBITRAGEM	69
3. CONTROLE JURISDICIONAL INDISPENSÁVEL.....	72
4. FUNÇÃO ESTATAL NA BUSCA PELA PACIFICAÇÃO SOCIAL	72

CAPÍTULO 4

JURISDIÇÃO.....	75
------------------------	-----------

INTRODUÇÃO	75
-------------------------	-----------

1. CONCEITO.....	77
2. CARACTERÍSTICAS	80
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À JURISDIÇÃO	81

SUMÁRIO

4.	PODERES INTRÍNSECOS DA JURISDIÇÃO	84
5.	ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO	84
6.	ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA	92

CAPÍTULO 5

AÇÃO.....	109
1. CONCEITO.....	109
2. TEORIAS SOBRE O DIREITO DE AÇÃO	109
3. NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO.....	110
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO	112
5. CARÊNCIA DA AÇÃO.....	114
6. ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA AÇÃO	114
7. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	115
7.1 SEGUNDO O TIPO DE PROVIMENTO REQUERIDO	115
7.2 SEGUNDO O TIPO DE TUTELA E SEUS EFEITOS NA AÇÃO DE COGNICÃO.....	116
7.3 A TUTELA INIBITÓRIA.....	118
7.3.1 TUTELA INIBITÓRIA. PREVISÕES LEGAIS	121

CAPÍTULO 6

PROCESSO.....	123
1. PROCESSO – INSTRUMENTO EFETIVO À AMPLA PROTEÇÃO DOS DIREITOS	123
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO	125
2.1 O PROCESSO COMO CONTRATO	125
2.2 O PROCESSO COMO QUASE CONTRATO.....	126
2.3 O PROCESSO COMO INSTITUIÇÃO.....	126
2.4 O PROCESSO COMO SITUAÇÃO JURÍDICA	127
2.5 O PROCESSO COMO RELAÇÃO JURÍDICA.....	127
3. EFETIVIDADE DO PROCESSO E SEUS PRINCÍPIOS.....	130
3.1 PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	133
3.2 PRINCÍPIOS EM ESPÉCIE	134
4. NORMAS PROCESSUAIS E SUA EFICÁCIA NO ESPAÇO E NO TEMPO	146
5. PROCESSO E SUA CLASSIFICAÇÃO.....	147
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	149
7. PROCEDIMENTO	150
7.1 DETERMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	151

CAPÍTULO 7

PROCESSO CIVIL E SEUS PARTÍCIPES.....	153
1. PARTES.....	153
1.1 CONCEITO.....	153
1.2 CAPACIDADE DE SER PARTE E CAPACIDADE PROCESSUAL	154
1.2.1 CAPACIDADE PROCESSUAL DOS CÔNJUGES	154
1.2.2 REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS E DAS PESSOAS FORMAIS.....	157
1.2.3 CURATELA ESPECIAL	158

SUMÁRIO

1.2.4	SUCESSÃO DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES	159
1.2.5	INCAPACIDADE PROCESSUAL E A IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO	161
1.3	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	161
1.4	DOS DEVERES DOS PARTICÍPIES NO PROCESSO.....	163
2.	ADVOGADOS	167
2.1	CAPACIDADE DE POSTULAÇÃO	167
2.2	O MANDATO JUDICIAL.....	167
2.3	DIREITOS E DEVERES ESPECÍFICOS.....	168
2.4	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	168
2.5	GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....	171
3.	LITICONSÓRCIO	174
3.1	CONCEITO.....	174
3.2	CLASSIFICAÇÃO	174
3.3	LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E SEUS CASUÍSMOS LEGAIS	177
3.4	LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E A EFICÁCIA DA SENTENÇA	178
3.5	REGIME JURÍDICO DE CADA LITISCONSORTE NO PROCESSO (ARTS.117, 229, 391 E 1.005 DO CPC)	180
4.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	182
4.1	CONCEITO.....	182
4.2	ASSISTÊNCIA	183
4.2.1	CONCEITO.....	183
4.2.2	ASSISTÊNCIA SIMPLES (ADESIVA) E LITISCONSORCIAL.....	184
4.2.3	PROCEDIMENTO.....	184
4.2.4	PODERES E ÔNUS PROCESSUAIS DO ASSISTENTE	185
4.2.5	A EFICÁCIA DA COISA JULGADA E SUA EXTENSÃO	185
4.2.6	OBSERVAÇÕES PERTINENTES.....	186
4.3	DENUNCIAÇÃO À LIDE	186
4.3.1	CONCEITO.....	186
4.3.2	HIPÓTESES LEGAIS	187
4.3.3	PROCEDIMENTO.....	188
4.3.4	DENUNCIAÇÕES SUCESSIVAS	190
4.3.5	OBSERVAÇÕES PERTINENTES.....	191
4.4	CHAMAMENTO AO PROCESSO	192
4.4.1	CONCEITO.....	192
4.4.2	HIPÓTESES LEGAIS	192
4.4.3	PROCEDIMENTO.....	192
4.5	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	193
4.5.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	193
4.5.2	PESSOA JURÍDICA: NATUREZA E CAPACIDADE	195
4.5.3	PESSOA JURÍDICA: PERSONALIDADE E SUA DESCONSIDERAÇÃO	198
4.5.4	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO....	203
4.5.4.1	NATUREZA DE "INCIDENTE"	205

SUMÁRIO

4.5.4.2	CABIMENTO.....	205
4.5.4.3	LEGITIMIDADE E PARTICIPAÇÃO	206
4.5.4.4	REGRAS PROCESSUAIS E PROCEDIMENTAIS.....	208
4.6.	<i>AMICUS CURIAE</i>	210
5.	AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	213
5.1	ESCRIVÃO, CHEFE DE SECRETARIA E OFICIAL DE JUSTIÇA	214
5.2	PERITO.....	216
5.3	DEPOSITÁRIO E ADMINISTRADOR.....	217
5.4	INTÉRPRETE E TRADUTOR.....	217
5.5	CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS	218
6.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	223
6.1	DEFINIÇÕES E GARANTIAS	223
6.2	O MINISTÉRIO PÚBLICO NO CPC	224
7.	ADVOCACIA PÚBLICA	225
8.	DEFENSORIA PÚBLICA	227
9.	JUIZ	229
9.1	CONCEITO E GARANTIA.....	229
9.2	PODERES E DEVERES.....	229
9.3	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO.....	232
9.3.1	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	232
9.3.2	JUIZ IMPEDIDO.....	232
9.3.3	JUIZ SUSPEITO.....	233
9.4	INCIDENTE DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO	234
9.4.1	CONCEITUAÇÃO E NOÇÕES GERAIS	234
9.4.2	PROCEDIMENTO.....	234
9.5	O DEVER DA ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO DOS JULGADOS ...	235
CAPÍTULO 8		
COMPETÊNCIA		239
1.	BREVE NOÇÃO E CONCEITUAÇÃO	239
2.	DETERMINAÇÃO LEGISLATIVA DA COMPETÊNCIA.....	239
3.	OS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ...	240
3.1	DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	240
3.2	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	243
3.3	AUXÍLIO DIRETO	247
3.4	A CARTA ROGATÓRIA.....	248
4.	COMPETÊNCIA INTERNA E SEUS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS	250
4.1	COMPETÊNCIA INTERNA	250
4.2	AVERIGUAÇÃO DA COMPETÊNCIA (POSSÍVEL ROTEIRO METODOLÓGICO) ...	259
4.3	COMPETÊNCIAS RELATIVA E ABSOLUTA.....	259
4.4	PRORROGAÇÕES DA COMPETÊNCIA.....	261
4.5	PREVENÇÃO	264
4.6	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	265
4.7	COOPERAÇÃO NACIONAL.....	268

CAPÍTULO 9

ATOS PROCESSUAIS	271
1. CONCEITO.....	271
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	272
3. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	280
4. PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	281
5. A PRÁTICA ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	282
6. O TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	286
7. PRAZOS	288
7.1 INTRODUÇÃO.....	288
7.2 CLASSIFICAÇÃO	289
7.2.1 PRAZOS LEGAIS, JUDICIAIS E CONVENCIONAIS.....	289
7.2.2 PRAZOS COMUNS E PRAZOS PARTICULARES	290
7.2.3 PRAZOS DILATÓRIOS E PRAZOS PEREMPTÓRIOS.....	290
7.2.4 PRAZOS PRÓPRIOS E PRAZOS IMPRÓPRIOS.....	292
7.3 CONTAGEM DOS PRAZOS.....	292
7.3.1 O BENEFÍCIO DOS PRAZOS EM DOBRO NO CPC.....	295
7.3.2 O MECANISMO ELETRÔNICO E A CONTAGEM DOS PRAZOS	295
7.4 PRECLUSÃO	297
7.5 VERIFICAÇÕES DOS PRAZOS E PENALIDADES.....	298
8. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	299
8.1 CITAÇÃO	299
8.1.1 DESTINATÁRIO DA CITAÇÃO INICIAL	300
8.1.2 IMPEDIMENTO LEGAL DE REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO	302
8.1.3 LUGAR DA CITAÇÃO	302
8.1.4 TIPOS DA CITAÇÃO	302
8.1.5 EFEITOS DA CITAÇÃO.....	307
8.2 INTIMAÇÃO	309
8.2.1 MODALIDADES DE INTIMAÇÃO.....	310
8.2.2 NULIDADE DA INTIMAÇÃO.....	314
8.3 CARTAS DE ORDEM, PRECATÓRIA, ROGATÓRIA E ARBITRAL	314
8.3.1 NOÇÕES GERAIS	314
8.3.2 REQUISITOS.....	315
8.3.3 EXPEDIÇÃO E CUMPRIMENTO.....	316
9. OUTROS ATOS PROCESSUAIS – “REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO”	318
10. NULIDADES.....	320
10.1 INTRODUÇÃO.....	320
10.2 ATOS NULOS E INEXISTENTES	321
10.3 O CPC E O REGRAMENTO DAS NULIDADES	322
10.4 DA QUERELA NULLITATIS	323

PARTE II
PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 10

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	329
1. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	329

2.	SUSPENSÃO DO PROCESSO	330
3.	EXTINÇÃO DO PROCESSO	335
3.1	NOÇÕES GERAIS	335
3.2	EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	336
3.3	EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	341

CAPÍTULO 11**PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES 345**

1.	INTRODUÇÃO	345
2.	FASE POSTULATÓRIA	346
2.1	PETIÇÃO INICIAL	346
2.1.1	REQUISITOS (ART. 319 DO CPC)	346
2.1.2	DESPACHO	352
2.1.3	CASOS DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	355
2.1.4	EXTENSÃO DO INDEFERIMENTO	356
2.2	PEDIDO	357
2.2.1	CLASSIFICAÇÃO	357
2.2.2	PEDIDO COMO LIMITADOR DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	357
2.2.3	PEDIDO GENÉRICO	358
2.2.4	PEDIDO COMINATÓRIO	359
2.2.5	PEDIDO ALTERNATIVO	359
2.2.6	PEDIDOS SUCESSIVOS	360
2.2.7	PEDIDO DE PRESTAÇÕES PERIÓDICAS	360
2.2.8	CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	360
2.2.9	ADITAMENTO AO PEDIDO	362
2.3.	TUTELA PROVISÓRIA (URGÊNCIA E EVIDÊNCIA)	363
2.3.1	INTRODUÇÃO	363
2.3.2	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPECIFICIDADES	365
2.3.3	TUTELAS DE URGÊNCIA	366
2.3.3.1	TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA	370
2.3.4	TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR	378
2.3.4.1	TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR ANTECEDENTE ..	380
2.3.4.2	TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER INICIAL E INCIDENTAL	383
2.3.5	PODER GERAL DE CAUTELA	384
2.3.6	TUTELA DE EVIDÊNCIA	385
2.4	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	388
2.5	RESPOSTA DO RÉU	390
2.5.1	NOÇÕES GERAIS	390
2.5.2	CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE DEFESA	390
2.6	CONTESTAÇÃO	391
2.6.1	NOÇÕES GERAIS	391
2.6.2	CONTEÚDO DA CONTESTAÇÃO	392
2.6.3	PRAZO	392
2.6.4	FORMA	394

SUMÁRIO

2.6.5	ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE AD CAUSAM.....	394
2.6.6	ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	394
2.6.7	ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA.....	395
2.7	RECONVENÇÃO.....	396
2.7.1	CONCEITUAÇÃO.....	396
2.7.2	PRESSUPOSTOS.....	397
2.7.3	PROCEDIMENTO.....	399
2.7.4	AUTONOMIA DA RECONVENÇÃO	400
2.8	REVELIA E RECONHECIMENTO DO PEDIDO	401
2.8.1	REVELIA – CONCEITO	401
2.8.2	EFEITOS DA REVELIA EM SENTIDO ESTRITO.....	402
2.8.3	EFEITOS DA REVELIA EM SENTIDO AMPLO.....	403
2.8.4	NÃO INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA REVELIA	403
2.8.5	RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.....	404
3.	FASE SANEADORA.....	405
3.1	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO	405
3.1.1	BREVE INTRODUÇÃO	405
3.1.2	HIPÓTESES PARA A INCIDÊNCIA OU NÃO DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	405
4.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	407
4.1	BREVES NOÇÕES	407
4.2	EXTINÇÃO DO PROCESSO	407
4.3	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	407
4.4	JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	408
4.5	SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO. DESPACHO SANEA- DOR	409
5.	FASE INSTRUTÓRIA OU PROBATÓRIA.....	410
5.1	INTRODUÇÃO CONCEITUAL.....	410
5.2	ÔNUS DA PROVA	412
5.3	FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA.....	413
5.4	PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA.....	414
5.4.1	NOÇÕES GERAIS. CABIMENTO.....	414
5.4.2	COMPETÊNCIA	415
5.4.3	PROCEDIMENTO.....	415
5.5	ATA NOTARIAL	416
5.6	MODALIDADES DE PROVAS.....	417
5.7	DEPOIMENTO PESSOAL.....	418
5.8	CONFISSÃO.....	419
5.9	EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	420
5.10	PROVA DOCUMENTAL.....	423
5.10.1.	PROVA DOCUMENTAL E DOCUMENTO ELETRÔNICO	425
5.10.2	ASPECTOS JURÍDICOS DO DOCUMENTO ELETRÔNICO	427
5.10.3.	O DIREITO À PROVA DOCUMENTAL ELETRÔNICA	428
5.11	PROVA TESTEMUNHAL.....	431
5.11.1	CONCEITO E DELIMITAÇÃO	431

SUMÁRIO

5.11.2	CAPACIDADE PARA DEPOR.....	432
5.11.3	PROCEDIMENTO.....	433
5.12	PROVA PERICIAL	435
5.13	INSPEÇÃO JUDICIAL.....	436
5.14	PROVA EMPRESTADA.....	436
5.15	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	437
5.15.1	CONCEITUAÇÃO E BREVES CONSIDERAÇÕES.....	437
5.15.2	CARACTERÍSTICAS.....	438
5.15.3	ATIVIDADES PREPARATÓRIAS.....	439
5.15.4	A AUDIÊNCIA E SUAS FASES.....	439
5.15.5	POSSIBILIDADES DE ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA	442
6.	FASE DECISÓRIA – SENTENÇA.....	443
6.1	SENTENÇA.....	443
6.1.1	CONCEITUAÇÃO E NOÇÕES GERAIS	443
6.1.2	SENTENÇAS TERMINATIVA E DEFINITIVA.....	444
6.1.2.1	TERMINATIVA.....	444
6.1.2.2	DEFINITIVA.....	445
6.1.3	ELEMENTOS DA SENTENÇA	445
6.1.4	EMENDAS À SENTENÇA	452
6.1.5	CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS E SEUS EFEITOS.....	453
6.1.6	DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO (DEVOLUÇÃO OFICIAL OU RECURSO DE OFÍCIO).....	457
6.1.7	JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	459
6.1.7.1	A OBRIGAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE	461
6.2	COISA JULGADA	462
6.2.1	CONCEITO E NOÇÕES GERAIS.....	462
6.2.2	LIMITES DA COISA JULGADA	463
6.2.3	RELAÇÕES JURÍDICAS CONTINUATIVAS	467
6.2.4	A COISA JULGADA MATERIAL E SUA RELATIVIZAÇÃO.....	468

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO SUMÁRIO	477
1. PRÉVIAS CONSIDERAÇÕES	477
2. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	477
3. CAUSAS SUJEITAS AO PROCEDIMENTO SUMÁRIO (ART. 275, I E II DO CPC/1973 E LEIS EXTRAVAGANTES)	478
4. INDISPONIBILIDADE DO RITO SUMÁRIO.....	480
5. ATOS DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	480
5.1 PETIÇÃO INICIAL E SEU DESPACHO	480
5.2 CITAÇÃO	480
5.3 AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.....	481
5.3.1 RESPOSTA DO RÉU	481
5.3.2 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. SENTENÇA.....	482

PARTE III
RECURSOS, ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS,
INCIDENTES E AÇÕES ORIGINÁRIAS

CAPÍTULO 13**TEORIA GERAL DOS RECURSOS 487**

1.	INTRODUÇÃO	487
2.	RECURSOS.....	487
2.1	BREVES CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	487
2.2	ATOS SUJEITOS A RECURSO	490
2.3	PRINCÍPIOS GERAIS DOS RECURSOS	490
2.4	RECURSO ADESIVO	496
2.5	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	498
2.5.1	LEGITIMIDADE.....	498
2.5.2	INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO	499
2.5.3	RECORRIBILIDADE DA DECISÃO.....	499
2.5.4	ADEQUAÇÃO DO RECURSO.....	501
2.5.5	TEMPESTIVIDADE	502
2.5.6	PREPARO.....	506
2.5.7	FORMA E MOTIVAÇÃO	507
3.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	507
4.	EFEITOS DOS RECURSOS	510
5.	EXTINÇÃO ANORMAL DO RECURSO.....	512

CAPÍTULO 14**RECURSOS EM ESPÉCIE 515**

1.	APELAÇÃO	515
1.1	CONCEITO E DELIMITAÇÃO	515
1.2	INTERPOSIÇÃO	516
1.3	PRAZO	516
1.4	EFEITOS.....	518
1.5	QUESTÕES NOVAS.....	521
1.6	PROCEDIMENTO.....	521
2.	AGRAVO.....	523
2.1	CONCEITO E MODALIDADES.....	523
2.2	LEGITIMIDADE.....	523
2.3	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO	524
2.4	EFEITOS.....	525
2.5	AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	525
2.5.1	CABIMENTO E FORMA DE INTERPOSIÇÃO	525
2.5.2	DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS	527
2.5.3	PREPARO.....	528
2.5.4	PROCEDIMENTO NO TRIBUNAL	528
2.6	AGRAVO INTERNO	529
2.6.1	CABIMENTO E FORMA DE INTERPOSIÇÃO	529

SUMÁRIO

2.7	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	533
2.7.1	CABIMENTO E FORMA DE INTERPOSIÇÃO	533
3.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	534
3.1	DELIMITAÇÃO.....	534
3.2	INTERPOSIÇÃO	538
3.3	PRAZO	538
3.4	EFEITOS.....	540
3.5	PROCEDIMENTO.....	540
4.	RECURSO ORDINÁRIO.....	543
4.1	DELIMITAÇÃO.....	543
4.2	INTERPOSIÇÃO	544
4.3	PRAZO	545
4.4	EFEITOS.....	546
4.5	PROCEDIMENTO.....	546
5.	RECURSO ESPECIAL.....	547
5.1	DELIMITAÇÃO.....	547
5.2	INTERPOSIÇÃO	547
5.3	PRAZO	550
5.4	EFEITOS.....	551
5.5	PROCEDIMENTO.....	552
5.6	DO PREQUESTIONAMENTO	553
6.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	555
6.1	DELIMITAÇÃO.....	555
6.2	INTERPOSIÇÃO	556
6.3	PRAZO	558
6.4	EFEITOS.....	559
6.5	PROCEDIMENTO.....	559
6.6	DO PREQUESTIONAMENTO	561
7.	REPERCUSSÃO GERAL.....	562
7.1	INTRODUÇÃO.....	562
7.2	BREVES NOÇÕES DE ORDEM NORMATIVA	564
7.3	REPERCUSSÃO GERAL E SUA CONCEITUAÇÃO LEGAL	565
7.4	PROCEDIMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	569
8.	JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS ...	571
8.1	OCORRÊNCIA DA AFETAÇÃO	573
8.2	NÃO OCORRÊNCIA DA AFETAÇÃO.....	575
8.3	JULGAMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS.....	575
9.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	577
9.1	DELIMITAÇÃO.....	577
9.2	PRAZO	578
9.3	PROCESSAMENTO.....	578
10.	SÚMULA VINCULANTE	579
10.1	NOTAS INTRODUTÓRIAS. OBJETO E OBJETIVO DA SÚMULA VINCULANTE ...	579
10.2	REQUISITOS E PROCESSAMENTO	581
10.3	EFICÁCIA DA SÚMULA VINCULANTE E OUTROS DESDOBRAMENTOS	583

CAPÍTULO 15**ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, INCIDENTES E AÇÕES ORIGINÁRIAS ... 589**

1.	DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	589
1.1	OS PODERES DO RELATOR.....	590
1.2	JULGAMENTO COLEGIADO.....	591
2.	OS PRECEDENTES.....	595
2.1	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	595
2.2	OS SISTEMAS DA <i>COMMON LAW</i> E DA <i>CIVIL LAW</i> : BREVES NOTAS.....	596
2.2.1	A <i>COMMON LAW</i>	596
2.2.2	A <i>CIVIL LAW</i>	600
2.3	TEORIA DOS PRECEDENTES.....	601
2.3.1.	CONCEITO.....	601
2.3.2.	CLASSIFICAÇÃO.....	603
2.3.3	<i>RATIO DECIDENDI. OBTER DICTUM</i>	604
2.3.4	TÉCNICAS DE CONFRONTO E DE SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES.....	606
2.4.	ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO FRENTE AOS PRECEDENTES.....	607
2.5.	O NOVO CPC E A VINCULAÇÃO OBRIGATÓRIA AOS JULGADOS – “PRECEDENTES”.....	614
3.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	618
3.1	DEFINIÇÃO. CARACTERÍSTICAS. FINALIDADE.....	618
3.2	O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO CPC/2015.....	621
3.2.1	INTRODUÇÃO.....	621
3.2.2	O INCIDENTE.....	622
3.2.3	LEGITIMIDADE.....	623
3.2.4	PROCEDIMENTO.....	623
3.3	CASUÍSMOS DA ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	624
4.	INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	628
4.1	PROCEDIMENTO.....	629
5.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	630
6.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	634
6.1	PROCEDIMENTO.....	636
7.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	641
7.1	CONCEITO.....	641
7.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	641
7.3	LEGITIMIDADE.....	646
7.4	AJUIZAMENTO.....	646
7.5	PRAZO.....	648
7.6	PROCEDIMENTO.....	648
8.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	649
8.1	BREVES REFLEXÕES AO TEMA.....	649
8.2	NOÇÕES GERAIS E PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	652
8.2.1	CABIMENTO.....	652

SUMÁRIO

8.2.2	LEGITIMIDADE.....	653
8.2.3	DOCUMENTOS E SÍNTESE DOS REQUISITOS ESSENCIAIS.....	654
8.2.4	PROCEDIMENTO.....	654
9.	RECLAMAÇÃO.....	659
9.1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	659
9.2	ESTADO, ATIVIDADE JUDICANTE E A PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DOS JULGADOS	660
9.3	A RECLAMAÇÃO.....	663
9.3.1	NOÇÃO CONCEITUAL.....	663
9.3.2	BREVE HISTORICIDADE.....	663
9.3.3	NATUREZA JURÍDICA	665
9.3.4	LEGITIMIDADE.....	669
9.4	RECLAMAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – STF E STJ.....	670
9.5	RECLAMAÇÃO E GARANTIA DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES – STF E STJ	671
9.6	A RECLAMAÇÃO NO CPC/2015.....	677
9.7	O PROCEDIMENTO DA RECLAMAÇÃO NO CPC/2015.....	682

PARTE IV**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO****CAPÍTULO 16****JURISDIÇÃO, EFETIVIDADE DO PROCESSO E A SATISFAÇÃO DOS DIREITOS..... 685**

1.	INTRODUÇÃO E NOÇÃO CONCEITUAL DE EXECUÇÃO	685
2.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E O PANORAMA DA SATISFAÇÃO DOS DIREITOS: PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	686

CAPÍTULO 17**TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO****“CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO” 689**

1.	INTRODUÇÃO.....	689
2.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO.....	690
2.1	PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL E SUA APLICABILIDADE NA ATIVIDADE JURISDICIONAL EXECUTIVA.....	690
2.2	PRINCÍPIO DA REALIDADE (PATRIMONIALIDADE).....	690
2.3	PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE (EXATO CUMPRIMENTO).....	691
2.4	PRINCÍPIO DA UTILIDADE	691
2.5	PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE (MENOR SACRIFÍCIO DO EXECUTADO)	691
2.6	PRINCÍPIO DO ÔNUS DA EXECUÇÃO (RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO).....	692
2.7	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	693
3.	PARTES.....	694
3.1	LEGITIMIDADE ATIVA.....	695
3.2	LEGITIMIDADE PASSIVA	697

SUMÁRIO

4.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	701
4.1	FRAUDE À EXECUÇÃO.....	707
5.	COMPETÊNCIA.....	711
5.1	COMPETÊNCIA PARA OS TÍTULOS JUDICIAIS (ART. 516).....	712
5.2	COMPETÊNCIA PARA OS TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS (ART. 781).....	714
6.	REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO.....	715
6.1	INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR.....	715
6.2	TÍTULO EXECUTIVO.....	716
7.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	733
7.1	NOÇÕES GERAIS; NECESSIDADE E FINALIDADE.....	733
7.2	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E SUAS MODALIDADES.....	736
7.3	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO.....	739
7.4	LIQUIDAÇÃO POR PROCEDIMENTO COMUM.....	740
8.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA SENTENÇA (EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA).....	742
8.1	BREVES NOÇÕES.....	742
8.2	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA (EXECUÇÃO PROVISÓRIA).....	743
8.3	O CASO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.....	746
9.	PROCESSO CIVIL E OS MODELOS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA ATIVIDADE EXECUTIVA.....	751
9.1	INTRODUÇÃO.....	751
9.2	MODELOS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL EM SEDE DE DIREITO COMPARADO.....	752
9.3	PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E O MODELO DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL DO EXECUTADO.....	756
9.3.1	BACENJUD.....	757
9.3.2	RENAJUD.....	759
9.3.3	INFOJUD.....	761
9.3.4	INFORMAÇÕES IMOBILIÁRIAS POR “OFÍCIO ELETRÔNICO”.....	763
CAPÍTULO 18		
O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		765
1.	COGNIÇÃO E EXECUÇÃO: ENTRE A DUALIDADE E UNICIDADE PROCESSUAL.....	765
2.	CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	767
2.1	REQUERIMENTO DO EXEQUENTE E SUA INICIATIVA.....	767
2.2	CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO PELO DEVEDOR, MULTA COMINATÓRIA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	769
2.3	NOMEAÇÃO DE BENS. PENHORA E OUTROS ATOS PERTINENTES.....	769
2.4	A IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO.....	771
2.4.1	IMPUGNAÇÃO E SEU CONTEÚDO.....	772
2.4.2	EFEITOS DA IMPUGNAÇÃO.....	778
2.4.3	IMPUGNAÇÃO E A NATUREZA DA DECISÃO.....	779
2.4.4	IMPUGNAÇÃO E DEFESAS.....	780

3.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	782
3.1	DA TÉCNICA DE COMINAÇÃO DE PRISÃO CIVIL E PROTESTO	782
3.2	DA TÉCNICA DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA APLICADA AOS ALIMENTOS.....	783
3.3	CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL NA INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO	785
4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	787
4.1	PROCEDIMENTO.....	788
5.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA.....	793
5.1	UMA INTRODUÇÃO: A TUTELA ESPECÍFICA COMO COROLÁRIO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA E SUA REGULAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	793
5.1.1	A OBRIGAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE ...	797
5.2	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER	798
5.2.1	CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE EVENTUAL MULTA	804
5.3	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	805
5.4	ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ESPECÍFICA	805
5.5	A TUTELA INIBITÓRIA.....	807

CAPÍTULO 19

PROCESSO DE EXECUÇÃO	813
1. INTRODUÇÃO	813
2. CLASSIFICAÇÃO DAS EXECUÇÕES E MEDIDAS EXECUTIVAS	814
3. EXECUÇÕES EM ESPÉCIE	815
3.1 EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA	815
3.2 EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	818
3.3 EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	822
3.3.1 PROCEDIMENTO.....	823
4. MODALIDADES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	871
4.1 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	871
4.1.1 PROCEDIMENTO.....	872
4.2 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	877
4.2.1 DA TÉCNICA DE COMINAÇÃO DE PRISÃO CIVIL E PROTESTO	878
4.2.2 OPÇÃO PELA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	879
4.3 EXECUÇÃO FISCAL.....	879
4.4 EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	885
4.4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	885
4.4.2 INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO CREDOR.....	888
4.4.3 INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU SEU ESPÓLIO	889
4.4.4 A DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA	890
4.4.5 VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	890

4.4.6	PAGAMENTO AOS CREDORES E SALDO DEVEDOR.....	891
4.4.7	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	892
CAPÍTULO 20		
EMBARGOS À EXECUÇÃO		899
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	899
2.	NATUREZA JURÍDICA.....	899
3.	DO PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS	900
3.1	LEGITIMIDADE PARA EMBARGAR	900
3.2	A SEGURANÇA DO JUÍZO – DESNECESSIDADE	900
3.3	DISTRIBUIÇÃO DOS EMBARGOS E SUA AUTUAÇÃO	901
3.4	PRAZO PARA EMBARGAR.....	901
3.5	REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS.....	903
3.6	DOS EFEITOS.....	904
4.	DOS EMBARGOS PARCIAIS	906
5.	EMBARGOS DE UM DOS COEXECUTADOS (OU SUBJETIVAMENTE RESTRITOS)	906
6.	DAS MATÉRIAS QUE PODEM SER VEICULADAS NOS EMBARGOS.....	907
7.	CONTRADITÓRIO E REVELIA NO PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO	911
8.	QUESTÕES INCIDENTAIS COM REFLEXOS NO ATO DE EMBARGAR.....	914
9.	OUTROS MEIOS DE DEFESA. A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	917
9.1	NOÇÕES GERAIS	917
9.2	ORIGEM DO INSTITUTO	918
9.3	NATUREZA PRÁTICA DO INSTITUTO	919
CAPÍTULO 21		
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES		923
1.	SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	923
2.	EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	926
PARTE V		
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		
CAPÍTULO 22		
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA.....		929
1.	INTRODUÇÃO	929
2.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	931
2.1	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	931
2.1.1	NOÇÕES GERAIS	931
2.1.2	HIPÓTESES AUTORIZADAS DA CONSIGNAÇÃO	931
2.1.3	OBJETO DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	932
2.1.4	MODALIDADES DE CONSIGNAÇÃO	932
2.1.5	PROCEDIMENTOS DA CONSIGNAÇÃO.....	932
2.1.6	OBSERVAÇÕES PERTINENTES À CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	935
2.2	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	935
2.2.1	NOÇÕES GERAIS	935

SUMÁRIO

	2.2.2	PROCEDIMENTO	936
2.3		AÇÕES POSSESSÓRIAS	938
	2.3.1	PROTEÇÃO POSSESSÓRIA	938
	2.3.2	FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	939
	2.3.3	NATUREZA DÚPLICE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	939
	2.3.4	PROCEDIMENTO DAS POSSESSÓRIAS	940
	2.3.5	OUTROS ASPECTOS DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	943
2.4		AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES	944
2.5		AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	945
	2.5.1	INTRODUÇÃO	945
	2.5.2	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DEMARCATÓRIA	947
	2.5.3	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DIVISÓRIA	948
2.6		AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	949
2.7		INVENTÁRIO E PARTILHA	952
2.8		EMBARGOS DE TERCEIROS	962
	2.8.1	CONCEITO	962
	2.8.2	LEGITIMIDADE	963
	2.8.3	PROCEDIMENTO E DEMAIS QUESTÕES CORRELATAS	964
2.9		OPOSIÇÃO	966
	2.9.1	CONCEITO	966
	2.9.2	PROCEDIMENTO	966
2.10		HABILITAÇÃO	967
	2.10.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	967
	2.10.2	ASPECTOS DO PROCEDIMENTO DA HABILITAÇÃO	968
2.11		AÇÕES DE FAMÍLIA	969
2.12		AÇÃO MONITÓRIA	970
	2.12.1	INTRODUÇÃO	970
	2.12.2	REQUISITOS	971
	2.12.3	OBJETO	972
	2.12.4	PROCEDIMENTO	973
	2.12.4.1	OS EMBARGOS MONITÓRIOS E SUA NATUREZA JURÍDICA	975
	2.12.5	QUESTÕES PERTINENTES À AÇÃO MONITÓRIA	978
2.13.		HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	980
	2.13.1	CONCEITO	980
	2.13.2	PROCEDIMENTO	981
2.14		REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	982
2.15		RESTAURAÇÃO DE AUTOS	985
3.		PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	986
	3.1	INTRODUÇÃO	986
	3.2	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO	987
	3.2.1	CONCEITO	987
	3.2.2	PROCEDIMENTO	988
	3.3	ALIENAÇÃO JUDICIAL	988
	3.4	DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DE MATRIMÔNIO ...	988
	3.5	TESTAMENTOS E CODICILOS	992
	3.5.1	A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	992

SUMÁRIO

3.5.2	ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DO TESTAMENTO...	993
3.6	HERANÇA JACENTE.....	994
3.7	BENS DOS AUSENTES.....	996
3.8	COISAS VAGAS.....	998
3.9	CURATELA DOS INTERDITOS.....	999
3.10	DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA	1002
3.11	ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	1004
3.11.1	INTRODUÇÃO.....	1004
3.11.2	ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	1004
3.12	RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTE-MUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	1005

PARTE VI ARBITRAGEM

CAPÍTULO 23

TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM..... 1009

1.	CONCEITO DE ARBITRAGEM	1009
2.	HISTORICIDADE.....	1012
3.	ARBITRAGEM E SUA CONSTITUCIONALIDADE	1018
4.	NATUREZA JURÍDICA.....	1023
5.	PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM.....	1028
6.	PARTÍCIPIES.....	1030
6.1	PARTES	1030
6.2	ÁRBITRO	1031
7.	ARBITRAGEM DE DIREITO OU DE EQUIDADE - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO...	1035
8.	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	1036
8.1	CONCEITO.....	1036
8.1.1	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	1038
8.1.2	COMPROMISSO ARBITRAL	1045
9.	O PROCESSO ARBITRAL	1047
9.1	QUESTÕES PRELIMINARES À INSTITUIÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	1047
9.1.1	INSTITUIÇÃO DO JUÍZO ARBITRAL.....	1047
9.2	PROCEDIMENTO.....	1048
9.2.1	ACEITAÇÃO DO ÁRBITRO	1048
9.2.2	ESCOLHA DO PROCEDIMENTO.....	1048
9.2.3	CAPACIDADE DAS PARTES.....	1049
9.2.4	INICIATIVA, DEFESA E CONCILIAÇÃO DAS PARTES PERANTE O JUÍZO ARBITRAL	1050
9.2.5	INSTRUÇÃO.....	1052
9.2.6	SENTENÇA.....	1053
9.2.7	MEDIDAS DE URGÊNCIA	1056
9.3	RECURSOS.....	1058
10.	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	1059

BIBLIOGRAFIA 1065